

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - SC

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	393013-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - SC	GIOVANNO SCARANTE CEZAROTTO	09/04/2026 15:07 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	53/2026	50616.000516/2026-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 50616.000516/2026-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços de reforma e adequação funcional das instalações físicas de residência oficial do DNIT, localizada no município de Chapecó/SC, com o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.1.1. A contratação limita-se à **recomposição e correção de sistemas, elementos e componentes construtivos indispensáveis ao uso regular do imóvel**, não contemplando ampliação de área construída, alteração de layout original ou modificação de padrão arquitetônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução dos serviços de reforma e adequação funcional de residência oficial	1627	Unidade	01	R\$ 288.246,65	R\$ 288.246,65

do DNIT no município de Chapecó/SC, com fornecimento integral de mão de obra, materiais e insumos necessários						
---	--	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como contratação por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de um ano contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

1.6. Definições e Informações Essenciais

- Órgão Contratante: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, por meio da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina – SRE/SC.
- Local de Execução dos Serviços: Residência Oficial do DNIT em Chapecó/SC, situada na Rua Marechal José Bormann, nº 1041E, Bairro Centro, CEP 89801050.
- **Modalidade de Licitação: Pregão, na forma Eletrônica.**
- **Critério de Julgamento: Maior desconto, incidente sobre o valor global estimado da contratação.**
- **Modo de Disputa: Aberto e fechado, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.**
- **Intervalo Mínimo entre Lances: 0,1% (um décimo por cento).**
- **Regime de Execução: Empreitada por preço global.**
- **Natureza do Serviço: Serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais de mercado, normas técnicas reconhecidas e referências oficiais de custos.**
- **Orçamento Estimado: R\$ 288.246,65 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).**
- Referência de Preços: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI/SC, mês-base janeiro 2026.
- Prazo de Execução: Até 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- Subcontratação: Não será admitida, considerando a natureza comum e homogênea dos serviços e a necessidade de execução integrada do objeto.
- Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras: Entendida como desnecessária, em razão das características do objeto, composto por serviços comuns e de pequeno vulto relativo.
- Participação de Cooperativas: Permitida, desde que atendidos integralmente os requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista e que a atuação seja compatível com o objeto contratado.

- Benefício para ME/EPP: Não aplicável, em razão do valor estimado da contratação superar os limites legais para aplicação do tratamento diferenciado.
- Natureza do Serviço quanto à Continuidade: Serviço não contínuo, com escopo definido e execução em período determinado.
- Garantia da Contratação: Será exigida, conforme previsto no edital e nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 04892707000615-0-000001/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 13/06/2025
- III. Id do item no PCA: 12
- IV. Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
- V. Identificador da Futura Contratação: 393013-53/2026

2.1.1. A presente contratação tem por finalidade a seleção de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços de reforma e adequação funcional das instalações físicas de residência oficial do DNIT, localizada no município de Chapecó/SC, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários à plena execução do objeto.

2.1.2. O imóvel integra o patrimônio público sob a responsabilidade desta Superintendência Regional e permaneceu, por período prolongado, sem ocupação regular, circunstância que contribuiu para a ocorrência de deteriorações físicas, falhas em sistemas essenciais e atos de depredação, comprometendo significativamente suas condições mínimas de uso.

2.1.3. Foram identificados problemas relevantes em sistemas elétricos e hidrossanitários, elementos de cobertura, aberturas, revestimentos e demais componentes construtivos indispensáveis à utilização segura do imóvel, o que o tornou inapto à ocupação, demandando intervenção técnica planejada.

2.1.4. A ausência de intervenção tende a agravar o estado de conservação da edificação, ampliando riscos à segurança, intensificando a deterioração dos elementos construtivos e elevando, de forma progressiva, os custos necessários à recuperação futura, o que representa potencial prejuízo ao erário.

2.1.5. A contratação proposta possui caráter estritamente funcional e conservativo, limitando-se à recomposição, substituição e correção de sistemas e componentes comprometidos, sem ampliação de área construída, sem alteração do layout original e sem incorporação de elementos destinados à elevação de padrão arquitetônico ou estético.

2.1.6. Ressalte-se que a necessidade de intervenção na residência oficial de Chapecó/SC encontra-se alinhada ao planejamento institucional do DNIT, tendo sido registrada como ação prevista no âmbito do Plano Anual de Contratações – PAC 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda correspondente.

2.1.7. A adoção da solução proposta permite restabelecer as condições adequadas de segurança, salubridade e habitabilidade, assegurando a preservação do patrimônio público, a racionalidade na aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e boa gestão dos bens da União.

2.2. Dos Objetivos da Contratação

2.2.1. Executar a reforma e a adequação funcional das áreas internas e externas da residência oficial do DNIT em Chapecó/SC, abrangendo serviços estruturais, de cobertura, revestimentos e acabamentos indispensáveis ao uso regular do imóvel, observados critérios técnicos de acessibilidade e sustentabilidade.

2.2.2. Promover a recomposição e adequação dos sistemas elétricos, hidrossanitários e lógica, com correção de falhas existentes, eliminação de improvisações e adequação às normas técnicas vigentes, visando maior segurança operacional, eficiência e redução de desperdícios.

2.2.3. Realizar intervenções nas fachadas e nos elementos de fechamento do imóvel, exclusivamente com a finalidade de assegurar integridade, estanqueidade e segurança, incluindo a substituição de componentes comprometidos e a implantação de dispositivos de proteção, sem alteração das características arquitetônicas originais.

2.2.4. Adequar as áreas internas dos ambientes residenciais — tais como banheiros, dormitórios, salas, cozinha, área de serviço, garagem, depósito e demais espaços — de modo a garantir condições adequadas de higiene, segurança e funcionalidade, preservando a edificação.

2.2.5. Corrigir falhas em coberturas, forros, calhas e rufos, eliminando infiltrações e prevenindo danos estruturais decorrentes da ação do tempo e de intempéries.

2.2.6. Substituir ou recuperar revestimentos de pisos e superfícies deterioradas, utilizando materiais compatíveis com o uso residencial institucional, priorizando desempenho, durabilidade e facilidade de manutenção, em consonância com as normas técnicas aplicáveis.

2.2.7. Promover a recuperação das áreas externas e dos percursos de circulação, incluindo calçadas internas e acessos à edificação, com foco na segurança de deslocamento, funcionalidade e atendimento aos requisitos de acessibilidade.

2.2.8. Manter e recuperar, quando necessário, as estruturas de proteção existentes no entorno do terreno, assegurando durabilidade, segurança e preservação do imóvel.

2.2.9. Realizar a adequação e ligação da rede interna de esgotamento sanitário à rede pública existente, garantindo o correto funcionamento do sistema e a conformidade com as normas sanitárias.

2.2.10. Adequar a posição do hidrômetro, quando necessário, de modo a assegurar leitura adequada, segurança e conformidade com as exigências da concessionária local.

2.2.11. Como resultado final, alcançar:

- o pleno funcionamento dos sistemas e instalações do imóvel;
- a restauração das condições adequadas de uso, segurança e habitabilidade;
- a preservação do patrimônio público sob responsabilidade do DNIT;
- a mitigação de custos futuros decorrentes da deterioração progressiva; e
- a demonstração de zelo da Administração Pública na gestão de seus bens imóveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa de engenharia especializada para a execução integrada dos serviços de reforma e adequação funcional das instalações físicas da residência oficial do DNIT localizada no município de Chapecó/SC, contemplando todas as etapas necessárias à recomposição das condições adequadas de uso, segurança, salubridade e conservação do imóvel, desde a execução dos serviços até sua plena disponibilidade para utilização institucional.

3.2. A concepção da solução levou em consideração todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as fases de planejamento, execução, uso, manutenção e preservação do bem, com vistas a assegurar durabilidade, desempenho adequado e redução de custos futuros associados à deterioração progressiva ou à necessidade de intervenções corretivas emergenciais.

3.3. A intervenção limita-se à correção, substituição e recomposição de sistemas e componentes construtivos comprometidos, tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, elementos de cobertura, fechamentos, revestimentos essenciais e áreas de circulação, sem ampliação de área construída, sem alteração do layout original e

sem modificação do padrão arquitetônico do imóvel, preservando suas características originais e sua destinação institucional.

3.4. A execução dos serviços será orientada por normas técnicas reconhecidas, referências oficiais de custos e boas práticas de engenharia, priorizando soluções construtivas que apresentem maior vida útil, menor necessidade de manutenção corretiva e melhor desempenho ao longo do tempo, o que contribui para a racionalização do uso dos recursos públicos.

3.5. No que se refere aos aspectos ambientais e de sustentabilidade, a solução considera a utilização racional de materiais, a adequada gestão e destinação de resíduos, bem como a adoção de medidas voltadas à eficiência energética e hídrica, sempre que tecnicamente viáveis, de modo a minimizar impactos ambientais e custos operacionais durante a fase de uso do imóvel.

3.6. A solução proposta também contempla a facilidade de manutenção futura, uma vez que os sistemas e materiais empregados deverão seguir padrões amplamente utilizados no mercado, compatíveis com as rotinas usuais de manutenção predial, evitando a dependência de soluções específicas, insumos exclusivos ou tecnologias de difícil reposição.

3.7. Dessa forma, a contratação atende de maneira adequada à necessidade identificada, apresentando-se como a opção tecnicamente mais viável e economicamente mais eficiente para a Administração, ao permitir a recuperação funcional do imóvel, a preservação do patrimônio público e a mitigação de riscos e custos ao longo de todo o ciclo de vida da edificação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados durante a execução dos serviços, com armazenamento, transporte e destinação final em conformidade com a legislação ambiental vigente;

4.1.2. Adoção de práticas construtivas que promovam a redução da geração de resíduos e o uso racional de materiais;

4.1.3. Utilização preferencial de materiais sustentáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável;

4.1.4. Emprego de soluções que contribuam para a eficiência energética e hídrica do imóvel, quando da substituição ou adequação de sistemas e componentes;

4.1.5. Observância das diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS do DNIT, no que couber à natureza do objeto.

4.2. A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos gerais:

4.2.1. Os serviços deverão ser executados por empresa legalmente constituída, com atuação compatível com o objeto e regularmente inscrita no conselho profissional competente;

4.2.2. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, a legislação urbanística e ambiental aplicável, bem como os regulamentos das concessionárias locais de serviços públicos;

4.2.3. As soluções adotadas deverão possuir caráter **funcional e conservativo**, limitando-se à recomposição, substituição e correção de sistemas e componentes necessários ao uso regular do imóvel;

4.2.4. Não serão admitidas intervenções que impliquem ampliação de área construída, alteração do layout original da edificação ou modificação de seu padrão arquitetônico;

4.2.5. Os materiais e sistemas empregados deverão apresentar desempenho compatível com o uso residencial institucional, priorizando durabilidade, facilidade de manutenção e disponibilidade no mercado.

Subcontratação[A6]

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da necessidade de execução integrada e homogênea dos serviços;

4.3.1. Eventuais referências constantes dos anexos a subcontratação, suboperação ou transferência de execução não se aplicam à presente contratação, tendo em vista a vedação expressa à subcontratação prevista no item 4.3 deste Termo de Referência.

Garantia da contratação[A8]

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação[A9] . [A10]

4.5. A garantia deverá ser prestada antes da assinatura do contrato, nos prazos e condições definidos no instrumento convocatório, e deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual, sendo ajustada ou renovada, quando necessário, nas hipóteses de prorrogação ou alteração do valor contratual.

4.6. A garantia será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações contratuais, mediante termo circunstanciado emitido pela Administração, sem prejuízo das responsabilidades legais da contratada.

4.7. Não será exigida garantia adicional, nem adotada a modalidade de seguro-garantia com cláusula de retomada, por não se tratar de contratação de grande vulto, nem envolver riscos técnicos ou operacionais que justifiquem tais exigências.

Vistoria

4.8. A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento das condições para execução do objeto, constantes dos documentos técnicos que integram este Termo de Referência e seus anexos.

4.9. A realização de vistoria técnica prévia no local de execução dos serviços é FACULTATIVA, ficando a critério da licitante avaliar a necessidade de comparecimento ao local para exame das condições existentes, características da edificação, quantidades e eventuais particularidades relevantes à elaboração de sua proposta.

4.10. A eventual não realização da vistoria não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para desconhecimento das condições locais, dificuldades de execução, omissões na proposta ou pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

4.11. A licitante que optar por realizar a vistoria poderá agendá-la previamente junto à Unidade Local do DNIT em Chapecó/SC, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, pelos telefones (48) 32291734 / 1736 / 1739, sendo a visita acompanhada por representante designado pelo DNIT.

4.12. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para o ato.

4.13. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, Declaração Formal, assinada por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará tal condição para quaisquer questionamentos técnicos ou financeiros futuros junto à Administração.

4.14. A não realização da vistoria não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas, nem afasta sua responsabilidade pela adequada execução dos serviços, nos termos deste Termo de Referência, do edital e do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as disposições deste Termo de Referência, do edital, do contrato e de seus anexos, bem como as normas técnicas e legais aplicáveis, devendo os serviços ser executados com qualidade, segurança e observância das boas práticas de engenharia.

5.2. A execução dos serviços será realizada de forma integrada e contínua, abrangendo todas as etapas necessárias à completa entrega do objeto contratado, sob responsabilidade exclusiva da contratada.

Início da Execução do Objeto

5.3. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Administração.

Descrição dos Métodos, Rotinas e Etapas de Execução

5.4. A execução do objeto observará, no mínimo, as seguintes diretrizes:

5.4.1. Mobilização inicial da equipe técnica, mão de obra, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, em conformidade com o plano de trabalho apresentado pela contratada e aprovado pela fiscalização;

5.4.2. Execução dos serviços de forma sequencial e coordenada, conforme as etapas previstas no **Cronograma FísicoFinanceiro**, assegurando a compatibilidade entre os serviços e a adequada integração entre sistemas e componentes construtivos;

5.4.3. Observância permanente das normas técnicas da ABNT, das normas regulamentadoras de segurança do trabalho e das recomendações dos fabricantes dos materiais e equipamentos empregados;

5.4.4. Adoção de métodos executivos que priorizem a durabilidade, o desempenho e a segurança das intervenções, evitando improvisações, soluções temporárias ou incompatíveis com o uso previsto do imóvel;

5.4.5. Manutenção de comunicação contínua com a fiscalização do contrato, informando o início e a conclusão de cada etapa relevante dos serviços, bem como eventuais intercorrências que possam impactar o cronograma.

Cronograma de Execução dos Serviços

5.5. Os serviços serão executados de acordo com o Cronograma FísicoFinanceiro, parte integrante deste Termo de Referência, que estabelece as etapas, os prazos e os marcos de execução do objeto.

5.6. Cada etapa será considerada concluída quando todos os serviços a ela vinculados estiverem integralmente executados e aceitos pela fiscalização, nos termos do contrato.

Local e Horário da Execução dos Serviços

5.7. Os serviços serão executados na **residência oficial do DNIT localizada na Rua Marechal José Bormann, nº 1041E, Bairro Centro, Chapecó/SC.**

5.8. A execução dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, em **dias úteis**, no horário compreendido entre **07h e 18h**, podendo haver ajustes pontuais mediante prévia autorização da fiscalização, desde que não comprometam a segurança, a qualidade dos serviços ou o andamento do cronograma.

Materiais, Equipamentos e Insumos

5.9. Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências técnicas do serviço, responsabilizando-se por sua guarda, transporte, armazenamento e substituição, sempre que necessário.

5.10. Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas, às normas da ABNT e às exigências deste Termo de Referência, sendo vedado o uso de materiais de qualidade inferior ou incompatíveis com o uso previsto do imóvel.

Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.11. Para a adequada formulação da proposta, as licitantes deverão considerar que o objeto da contratação compreende a execução **integrada e completa** de serviços de reforma e adequação funcional da edificação, envolvendo, dentre outros aspectos técnicos relevantes:

5.11.1. A **recomposição e adequação das instalações elétricas, hidrossanitárias, de lógica e telefonia**, em conformidade com as normas técnicas vigentes, incluindo a correção de falhas existentes, a substituição de componentes comprometidos e a eliminação de soluções provisórias ou inadequadas, de modo a garantir segurança, funcionalidade e desempenho dos sistemas;

5.11.2. A **correção de falhas em coberturas, forros, calhas e rufos**, com a eliminação de infiltrações, recomposição de elementos danificados e adoção de soluções que assegurem a proteção adequada da edificação contra intempéries;

5.11.3. A **substituição ou recuperação de revestimentos e elementos construtivos deteriorados**, considerando as condições de exposição, o uso previsto do imóvel e a necessidade de empregar materiais compatíveis, duráveis e de fácil manutenção;

5.11.4. A **adequação das áreas internas e externas**, incluindo circulações, acessos e áreas de transição, de modo a assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade e atendimento aos requisitos de acessibilidade, quando aplicáveis;

5.11.5 A necessidade de execução dos serviços de forma **integrada, contínua e coordenada**, considerando a interdependência entre as diversas frentes de trabalho, de modo a viabilizar a conclusão do objeto dentro do prazo estabelecido e com qualidade compatível com as exigências da Administração;

5.11.6. O fornecimento integral, pela contratada, de **mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos**, bem como a assunção de todos os custos diretos e indiretos associados à execução dos serviços, inclusive logística, armazenamento, mobilização, encargos e tributos;

5.11.7. As condições físicas atuais do imóvel, as restrições operacionais do local e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, que deverão ser plenamente consideradas na definição de métodos executivos, cronograma e composição de custos.

Responsabilidades Durante a Execução

5.12. A contratada será responsável pela **coordenação técnica, administrativa e operacional** da execução dos serviços, respondendo integralmente pela qualidade, segurança, estabilidade e conformidade das intervenções realizadas.

5.13. Qualquer ajuste nos métodos executivos que não altere o escopo do objeto deverá ser previamente submetido à análise e aprovação da fiscalização, não sendo admitidas modificações unilaterais.

Garantia dos Serviços

5.14. A contratada deverá garantir a solidez, a segurança e o adequado funcionamento da obra e dos sistemas executados, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

5.15. A garantia abrange todos os serviços executados e materiais empregados, alcançando vícios, defeitos, falhas construtivas ou inadequações técnicas que comprometam a estabilidade, a segurança, a funcionalidade ou a durabilidade da edificação, quando decorrentes de execução inadequada, emprego de materiais impróprios ou inobservância das normas técnicas aplicáveis.

5.16. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços ou componentes que apresentarem falhas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em lei ou no contrato.

5.17. A garantia prevista neste item não exclui nem restringe a responsabilidade civil da contratada por danos causados à Administração ou a terceiros, nem se confunde com a garantia da contratação exigida para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais durante a execução do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições deste Termo de Referência, do edital, do contrato e de seus anexos, bem como com as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo a cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico para esse fim, desde que assegurada a rastreabilidade das informações.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a contratada para **reunião inicial de alinhamento**, com o objetivo de apresentar as diretrizes de fiscalização, esclarecer obrigações contratuais, definir fluxos de comunicação e alinhar o cronograma executivo.

Preposto[A2]

6.6. A contratada deverá designar formalmente preposto, antes do início da execução dos serviços, com poderes para representá-la perante a Administração, prestar esclarecimentos, receber comunicações e adotar providências imediatas relacionadas à execução contratual.

6.6.1. O preposto deverá permanecer disponível durante todo o período de execução da obra, mantendo contato permanente e atualizado com a Administração, por meio de telefone, correio eletrônico ou outro meio de comunicação previamente informado, de modo a viabilizar respostas rápidas a demandas operacionais, esclarecimentos técnicos e providências decorrentes da fiscalização do contrato.

6.7. Sempre que convocado pela Administração ou pela fiscalização, o preposto deverá comparecer ao local da obra ou se manifestar nos prazos estabelecidos, conforme a natureza da demanda apresentada.

6.8. A Administração poderá, de forma justificada, recusar a indicação ou solicitar a substituição do preposto, caso entenda que sua atuação, disponibilidade ou capacidade de resposta não atende adequadamente às necessidades da execução contratual.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. A gestão e a fiscalização do contrato observarão, no que for pertinente à natureza do objeto, as diretrizes constantes do Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, sem prejuízo das disposições específicas previstas neste Termo de Referência.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Avaliação da Execução do Objeto

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, considerando que a contratação referese à execução de serviços de engenharia por escopo definido, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

7.2. A avaliação será realizada com base na verificação da conformidade técnica dos serviços executados, em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, ao Cronograma FísicoFinanceiro, às normas técnicas aplicáveis e às determinações da fiscalização.

Medição dos Serviços

7.3. A medição dos serviços será realizada de forma mensal, ou por etapas concluídas, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização do contrato, sendo vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários

7.4. Cada medição corresponderá ao conjunto de serviços executados no período de referência, devidamente comprovados por meio de relatórios técnicos, registros fotográficos, diário de obra e demais documentos exigidos pela fiscalização.

7.5. Não serão objeto de medição serviços não executados, executados parcialmente sem conclusão da etapa correspondente ou realizados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

Recebimento do Objeto

7.6. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e será realizado nas seguintes etapas:

7.6.1. Recebimento Provisório

7.6.1.1 Após a comunicação formal de conclusão dos serviços pela contratada, a fiscalização realizará a verificação da conformidade do objeto no prazo de até 15 (quinze) dias, ocasião em que será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, caso não sejam constatadas inconformidades.

7.6.1.2. Havendo pendências, estas serão registradas em relatório próprio, sendo concedido prazo para correção pela contratada.

7.6.1.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.1.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.1.5. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6.2 Recebimento Definitivo

7.6.2.1. O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, mediante verificação final da qualidade, funcionalidade e conformidade do objeto, com a correspondente emissão do termo de recebimento definitivo.

7.6.2.2. O recebimento definitivo não exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais, especialmente aquelas relacionadas à garantia dos serviços.

Pagamento

7.7. O pagamento será realizado de forma mensal, com base nas medições aprovadas pela fiscalização, após o ateste da execução e a apresentação da documentação fiscal pertinente.

7.8. O pagamento será efetuado por ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada, no prazo definido no edital e no contrato, contado a partir da liquidação da despesa.

7.9 Na medição e no pagamento serão observadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, bem como a alíquota do ISSQN aplicável, conforme legislação municipal.

7.9.1. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No

entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação da Despesa

7.10. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do direito adquirido pela contratada, com base na documentação comprobatória da execução do objeto e no ateste da fiscalização.

7.11. Identificada irregularidade na documentação ou na execução, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.17.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.17.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Antecipação de Pagamento

7.22. Não será admitida antecipação de pagamento, total ou parcial, em relação aos serviços objeto desta contratação.

7.23. Os pagamentos somente serão realizados após a efetiva execução dos serviços, devidamente atestada pela fiscalização, observadas as condições, prazos e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no contrato, em conformidade com o disposto no art. 145 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Repactuação

7.24. Não será admitida repactuação de preços, tendo em vista que o objeto desta contratação não envolve prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, nem possui natureza continuada, estando estruturado como execução por escopo definido, sob o regime de empreitada por preço global.

7.25. Eventuais ajustes financeiros observarão exclusivamente as hipóteses legais de reajuste ou revisão, quando cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês de janeiro de 2026.

Cessão de Crédito

7.27. A cessão de crédito decorrente deste contrato poderá ser admitida, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos dos arts. 122 a 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.28. A cessão deverá ser formalizada por instrumento próprio, instruído com a documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do cessionário, bem como dependerá de manifestação expressa da Administração quanto à inexistência de prejuízo à execução contratual ou ao interesse público.

7.29. A autorização para a cessão de crédito não implicará exoneração das obrigações contratuais assumidas pela contratada, que permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços e pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

7.30. A cessão somente produzirá efeitos após sua formal autorização pela Administração e não poderá alterar as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 8.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência observará o disposto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.6. As infrações administrativas e as respectivas sanções aplicáveis à contratada observarão o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o regramento específico constante do Edital da licitação e da minuta de contrato que o integra.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo Edital.

9.2. A modalidade pregão mostrase adequada considerando que o objeto da contratação consiste em serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas reconhecidas.

Regime de Execução[A2]

9.3. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global, tendo em vista que o objeto consiste em serviços integrados, interdependentes e executados por escopo definido, sendo possível estabelecer previamente o valor total da contratação com base em referências oficiais de custos.

9.4. Nesse regime, a contratada será responsável pela execução completa do objeto pelo preço global proposto, observadas as especificações técnicas, o cronograma físico-financeiro e as demais condições estabelecidas no contrato, não sendo admitida a fragmentação ou pagamento por unidades isoladas de serviço.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. A aceitabilidade das propostas estará condicionada ao atendimento dos critérios de aceitabilidade de preços, que têm por finalidade assegurar que os valores ofertados sejam compatíveis com os preços de mercado, exequíveis e em conformidade com o orçamento estimado pela Administração.

9.5. Serão consideradas inaceitáveis as propostas que:

- ultrapassem o valor global estimado da contratação, conforme definido nos documentos do processo;
- apresentem preços manifestamente inexequíveis, observados os critérios legais e regulamentares aplicáveis aos serviços de engenharia;
- estejam em desconformidade com os parâmetros financeiros e técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

9.6. A verificação dos critérios de aceitabilidade de preços será realizada independentemente do critério de julgamento, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Critério de Julgamento

9.7. O **critério de julgamento** a ser adotado será o de **MAIOR DESCONTO**, incidente sobre o **valor global estimado** da contratação, previamente definido pela Administração.

9.7.1. O critério de julgamento será utilizado para fins de classificação e seleção da proposta mais vantajosa, mediante comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes, nos termos da legislação vigente e do Edital.

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da contratação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme disciplinado no Edital e de acordo com as exigências previstas neste Termo de Referência.

9.8.1. A comprovação das condições de habilitação poderá ser realizada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, observado o disposto no instrumento convocatório.

Habilitação jurídica

9.9. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital, em conformidade com a legislação aplicável, inclusive quanto à regularidade de constituição e funcionamento da pessoa jurídica.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10. A habilitação fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação da documentação exigida no Edital, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da utilização do SICAF quando admitido.

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.11. A qualificação econômicofinanceira terá por finalidade comprovar a capacidade da licitante de arcar com os encargos financeiros decorrentes da execução do contrato, garantindo a adequada execução do objeto sem risco de descontinuidade por insuficiência econômica.

9.12. A comprovação da qualificação econômicofinanceira será realizada por meio dos documentos e índices definidos no Edital, em conformidade com os arts. 69 e 70 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes diretrizes:

- I – demonstração de situação econômicofinanceira compatível com o porte e a complexidade da contratação;
- II – verificação da capacidade de a licitante suportar os compromissos financeiros assumidos durante a vigência contratual;
- III – atendimento aos parâmetros mínimos de solvência e liquidez exigidos no instrumento convocatório;

9.13. Os critérios objetivos, os índices econômicofinanceiros, os percentuais mínimos e os documentos exigidos para fins de habilitação econômicofinanceira serão aqueles expressamente previstos no Edital, podendo ser atendidos, total ou parcialmente, por meio do SICAF, conforme disciplinado no instrumento convocatório.

Qualificação Técnica[A21]

9.14. A qualificação técnica será exigida com a finalidade de comprovar que a licitante possui capacidade técnica e organizacional para executar satisfatoriamente o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade.

9.15. A comprovação da qualificação técnica compreenderá, quando aplicável, a qualificação técnicoprofissional e a qualificação técnicooperacional, conforme disciplinado no Edital.

9.16. Deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), em nome do(s) profissional(is) indicado(s), demonstrando experiência anterior na execução de serviços de características semelhantes ao objeto da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.17. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnicooperacional, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.18. Os atestados deverão demonstrar que a licitante já executou serviços de características técnicas, operacionais e de complexidade compatíveis com o objeto da presente contratação, conforme critérios e limites estabelecidos no Edital.

9.19. A exigência de atestados restringir-se-á às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, vedadas exigências desproporcionais, cumulativas ou que imponham restrições indevidas à competitividade.

9.20. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.21. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.22. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Técnico-Profissional[A32]

9.23. A licitante deverá comprovar a disponibilidade de **responsável técnico legalmente habilitado**, que detenha experiência compatível com o objeto da contratação e que venha a atuar efetivamente na execução do contrato, caso a licitante seja vencedora.

9.24. O responsável técnico indicado deverá possuir **registro ativo no conselho profissional competente**, observado o objeto da contratação e as atribuições legais da respectiva profissão.

8.25. Para os serviços objeto deste Termo de Referência, será admitido o registro do responsável técnico junto a **um dos seguintes conselhos profissionais, de forma alternativa e não cumulativa**, conforme a formação e as atribuições do profissional indicado:

- **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;**
- **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;**
- **Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT**, quando se tratar de **Técnico em Edificações**, desde que as atribuições legais do profissional sejam **compatíveis com as atividades a serem executadas**.

8.26. Não será admitida a exigência de registro em mais de um conselho profissional, nem a atribuição de responsabilidades técnicas fora do escopo legal da profissão do responsável indicado.

8.27. A comprovação da qualificação técnico-profissional dar-se-á mediante apresentação de atestados de responsabilidade técnica e demais documentos definidos no Edital, podendo ser demonstrada a vinculação do profissional à licitante por meio de vínculo empregatício, societário, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso futuro, nos termos da legislação vigente.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. A exigência de qualificação técnica limitar-se-á ao estritamente necessário à garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, não sendo admitidas exigências que:

- não guardem relação direta com o objeto da contratação;
- imponham registro em conselho profissional não vinculado à atividade preponderante;
- exijam múltiplos registros profissionais de forma cumulativa;
- restrinjam injustificadamente a competitividade do certame.

9.29. Os documentos, critérios objetivos, limites e formas de comprovação da qualificação técnica serão aqueles expressamente definidos no Edital, em consonância com este Termo de Referência e com a legislação aplicável.

Documentação complementar para cooperativas

9.30. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, desde que sua atuação seja compatível com o objeto da contratação e que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira previstas no Edital e neste Termo de Referência.

9.31. A participação de cooperativas não poderá implicar prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, pessoalidade ou subordinação direta, devendo ser observadas as disposições do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como a legislação específica aplicável ao cooperativismo.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação foi apurado a partir de orçamento detalhado, elaborado com base em levantamento minucioso dos quantitativos e na especificação dos serviços necessários à execução do objeto.

10.2. A estimativa de preços foi realizada com utilização prioritária da base oficial do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, referente ao mês de janeiro de 2026, não desonerado, considerando as particularidades da obra e a localidade de execução, além de composições de preços unitários específicas, quando necessário, devidamente justificadas.

10.3 Sobre os custos diretos foi aplicado Benefício e Despesas Indiretas – BDI compatível com a natureza dos serviços, contemplando despesas indiretas, riscos, tributos e lucro, resultando no valor global estimado da contratação.

10.4. Dessa forma, o valor total estimado para a execução do objeto é de **R\$ 288.246,65 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme planilha orçamentária e demais documentos que integram o processo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com os modelos padronizados da Advocacia-Geral da União e com as diretrizes internas do DNIT, observadas as peculiaridades do objeto e da unidade demandante.

12.2. As disposições constantes deste Termo de Referência devem ser interpretadas de forma sistêmica e integrada, em conjunto com o Estudo Técnico Preliminar, o Edital e a minuta do contrato, prevalecendo, em caso de divergência, as condições mais específicas estabelecidas para o objeto da contratação.

12.3. Eventuais ajustes formais, correções materiais ou adequações de redação que não impliquem alteração do escopo, da estratégia de contratação ou da competitividade do certame poderão ser promovidos pela Administração antes da publicação do edital.

12.4. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, excetuado, se for o caso, o valor estimado da contratação, cujo acesso poderá ser restringido até a fase de julgamento das propostas, na forma da legislação aplicável e do instrumento convocatório.

12.5. Os casos omissos ou as dúvidas surgidas na interpretação deste Termo de Referência serão dirimidos à luz da Lei nº 14.133, de 2021, das normas federais pertinentes e dos princípios que regem as contratações públicas.

12.6. As exigências constantes da Lista de Verificação para licitações de obras e serviços de engenharia, elaborada pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Advocacia-Geral da União, com base na Lei nº 14.133, de 2021, foram integralmente analisadas no âmbito da fase de planejamento da contratação, encontrando-se atendidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência, nos documentos técnicos que instruem o processo e, quando aplicável, no Edital e no contrato padrão institucional do DNIT.

12.6.1. Os itens considerados não aplicáveis decorrem exclusivamente da natureza do objeto, do regime de execução adotado e da inexistência de circunstâncias específicas que demandem sua observância, estando tal enquadramento devidamente justificado nos autos do processo administrativo.

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo, cuja minuta observará o modelo de contrato padrão adotado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, aprovado pela sua instância colegiada competente, em conformidade com o art. 19, inciso IV, e o art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.2. O contrato padrão do DNIT encontra-se previamente submetido à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT e deverá ser utilizado como instrumento jurídico vinculante da presente contratação, ressalvadas as adequações específicas necessárias à compatibilização com o objeto, o Edital e este Termo de Referência.

1.3. A assinatura do contrato implica plena ciência e aceitação, pela contratada, de todas as condições estabelecidas no modelo contratual institucional do DNIT, no Edital, neste Termo de Referência e em seus anexos.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GIOVANNO SCARANTE CEZAROTTO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 15:07:03.

IZALDO CARLOS KONDLATSCH

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:26:51.

CLAUDIO ANDRE NEVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 13:56:01.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a continuidade da contratação.

AMAURI SOUSA LIMA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 16:31:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 4 - MEMORIA DE CALCULO - Orcamento completo.docx (57.38 KB)
- Anexo II - 5 - MEMORIA DE CALCULO - Composicao CPU.pdf (870.56 KB)
- Anexo III - cronograma chapeco.pdf (101.86 KB)